

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 13

Antes, porém, peço a todos, em respeito a uma história de luta, em respeito ao compromisso com os trabalhadores, à militância pela justiça em nosso País, que tombou na noite de hoje, e seu corpo neste momento se encontra colocado na Ala Leste do Palácio do Planalto, esse brasileiro que tanto orgulho trouxe ao povo brasileiro, que fiquemos de pé e façamos um minuto de silêncio para homenagear a memória do arquiteto Oscar Niemeyer. (Palmas.)

(O auditório observa 1 minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado. Peço uma salva de palmas em memória ao arquiteto Oscar Niemeyer. (Palmas.)

Passo a palavra ao companheiro Dr. João Luiz Homem de Carvalho.

SR. JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO – Boa tarde a todas e a todos. Em nome do Deputado Wasny de Roure, cumprimento todos da Mesa.

O Chiquinho, quando me convidou para falar aqui, me disse: João Luiz, muito se fala na divisão da terra, na questão da reforma agrária, mas eu queria que você falasse um pouco sobre o depois de pegar a terra, o que se deve fazer? Eu não vou aqui evidentemente dar uma aula para vocês, porque vocês sabem muito bem. Mas apenas algumas dicas sobre a questão do depois que se ganha a terra.

Eu me lembro de uma frase, mas antes eu quero lembrá-los de uma frase muito importante do José Gomes da Silva. Ele é um histórico da reforma agrária no Brasil, já morreu, mas ele falava o seguinte: reforma agrária você compara a uma feijoada. Para ter uma feijoada tem de ter feijão, e para ter reforma agrária tem de ter terra. Se não tiver terra, não tem reforma agrária.

Então, antes de mais nada, eu sou pela divisão da terra. Sobretudo, da terra de latifundiários que não a utilizam. A primeira coisa é essa. Agora, depois, vocês têm de entender que é preciso pensar por que realmente a reforma agrária não avança. Não avança mesmo! Vocês bem sabem, melhor que eu, que é uma dificuldade para se ter um pedaço de terra para trabalhar.

Bom, a primeira coisa que eu quero falar para vocês é que existe no Brasil uma disputa de dois modelos agrícolas muito interessantes. Quer dizer, interessante entre aspas, porque um eu não acho interessante. Primeiro é a agricultura familiar. Não é preciso ficar falando da agricultura familiar neste país, porque todos sabem que é a agricultura familiar que põe a comida na mesa. É essa agricultura familiar que põe a maior parte do arroz e do feijão que se come.

Mas vem de outro lado um projeto de agricultura chamado agronegócio, que é a agricultura extensiva, é aquela agricultura em que o sujeito contratou e o plantio é feito apenas em mil hectares. Ele colhe sozinho e tal. E aí fica essa disputa. Só que é uma disputa que não deveria existir. Por quê? Essa agricultura do agronegócio está nos levando a uma desgraça. Não é só no Brasil, é no mundo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 14

Eu quero falar para vocês algumas coisas importantes. Por exemplo, enquanto a agricultura familiar emprega muito mais, esse negócio do agronegócio, da grande agricultura desemprega as pessoas, porque ele vem, mete o trator, desmata tudo ou planta soja, ou planta cana ou planta milho. E vocês sabem para que eles plantam isso? Setenta e cinco por cento da soja que se planta no mundo sabe para o que é? Para dar para animal, não é para o homem comer. E assim vai.

É uma agricultura que acaba com os leitos dos rios. É uma agricultura que envenena os leitos, as águas. O Brasil, com esse modelo de agricultura que é o chamado agronegócio, que é contra a reforma agrária, que é contra a distribuição de terra, se tornou o campeão mundial de utilização de veneno. Cada brasileiro, hoje, ingere 5,2l de veneno por ano. É isso que é essa agricultura que é contra, que impede e que pressiona os governos, porque no governo central, no Governo Federal, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário quer fazer reforma agrária, o Ministério da Agricultura, que é suportado, é amparado por esses grandes agricultores, não querem a reforma agrária. Como eles têm o dinheiro, como eles têm a mídia, como eles têm o jornal, como eles têm tudo, ficam falando que reforma agrária não pode acontecer.

Mas pior do que isso, eu quero falar para vocês que o sistema do grande agronegócio não é só do fazendeiro. Ele é do fazendeiro e das grandes multinacionais que vendem para esses fazendeiros. Vou dar um exemplo para vocês, que vão poder entender por que o pequeno agricultor, quando pega a terra, fica com dificuldade de ganhar dinheiro; e aquele pequeno produtor, quando tem a terra, fica com mais dificuldade ainda e a acaba vendendo. Por quê? Se você vai ao supermercado hoje e compra 100 reais de produtos agroindustrializados, por exemplo, um produto agroindustrializado: massa de tomate. Você vai lá e compra cem reais, deixou R\$ 100 no supermercado. Bom, aquele dinheiro que você deixou lá não vai evaporar, ele vai para algum canto.

Então, qual é o destino desses 100 reais que você deixou no supermercado? Quarenta e cinco reais desses 100 reais vão para as grandes agroindústrias, ou seja, Parmalat, Sadia, já vão para elas; 25 a 30 reais desses 100 reais que você deixou lá vão para quem? Vão para aquelas que produziram os chamados insumos. O que é o chamado insumo? É o adubo químico, é a semente, é tudo. Quem são essas aí? É a Monsanto, é a Bunge, é a Syngenta, são essas as multinacionais. A Monsanto, por exemplo, eu não tenho a mínima preocupação em dizer que é o cão chupando manga. É uma desgraça. E depois, os outros 20 reais desses 100 reais vão para os grandes supermercados, que é o Extra, o Carrefour; e quanto sobra para o produtor? Cinco reais. Assim tem que se fazer milagre para ficar na terra.

Por que estou falando isso? Porque ao mesmo tempo em que eu tenho essa crítica total, é para vocês prestarem atenção nesses dois modelos e virem quem é o inimigo de vocês. O governo, muitas vezes, é inoperante. É um governo que não faz reforma agrária. Mas o que está por trás disso? São essas multinacionais que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 15

ganham dinheiro com esse modelo de agronegócio. Por que eu estou falando isso? É porque vocês, na hora que vocês sabem, que identificam esse problema, podem lutar de fato pela reforma agrária e dizer o seguinte: "Nós queremos terra, sim. E podem dar terra para a gente que a gente não vai estar nesse esquema, nessa matriz". Nessa matriz que a gente chama tecnológica, que eles fazem, de dar 45 para cá, 35 para lá, 20 e só 5 para nós.

O que é preciso fazer? A primeira coisa que é preciso fazer é não vender sem trabalhar o seu produto. Então, em vez de banana, vende doce de banana; em vez de tomate, vende massa de tomate; em vez de abóbora, vende doce de abóbora. Segundo é vender, sim, na rua. Tem que dar um jeito de vender na rua, em postos de venda. Outra coisa também que se tem que fazer é trabalhar dentro do sistema agroecológico. O que é isso? É comprar o menos possível dessas pessoas que só sabem ganhar dinheiro nas costas da gente. Entenderam? (Palmas.) Esse que é o problema.

Então, eu tenho que fazer a minha semente sim, eu tenho que criar o meu porquinho caipira sim, porque esse não come igual a um desgraçado que só tem que meter a mão no bolso para dar ração para ele. Eu tenho que ter a minha semente crioula de milho sim. Isso se chama produzir dentro do sistema agroecológico. Então, camaradas, companheiros e companheiras, nós temos de largar de ser bobo e temos que ter mais inteligência para lutar contra o inimigo real e com as armas que nós podemos ter. É por isso que o Chiquinho me chamou aqui.

Eu não sei, Chiquinho, se você está satisfeito, mas o que eu quero falar é o seguinte: reforma agrária sim. Agora, depois da reforma agrária, nós temos que mostrar que temos que fazer diferente, não morder a isca desse safado que só nos quer ver na pobreza, na miséria, na desgraça.

Era só isso que eu queria falar para vocês. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) — Obrigado, Sr. João Luiz Homem de Carvalho.

Quero pedir desculpa aos representantes do Incra. Convidei o Sr. João Batista, mas ele estava impossibilitado. Então, eu gostaria de convidar o representante do Superintendente do Incra, José Raimundo Sepeda, para se sentar aqui conosco. Peço mil perdões pela minha falta. Sente aqui conosco à Mesa. (Palmas.)

Vou passar a palavra neste momento ao nosso debatedor, o companheiro José Vaz Parente. Antes quero trazer um registro. Se esta audiência está acontecendo, deve-se não ao Deputado, deve-se ao companheiro Chiquinho, que lutou para que nós a viabilizássemos, apesar das dificuldades do calendário. Como é um militante por quem temos o maior respeito, eu quero que vocês façam uma saudação a ele em agradecimento. (Palmas.) Obrigado, Chiquinho.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
06	12	2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA		16

Segunda observação: durante a fala dos componentes da Mesa, o Cerimonial fará a inscrição daqueles que desejarem fazer uso da palavra. Nós já temos seis líderes inscritos e teremos doze falas. Então, peço desculpa, mas iremos sortear os que se inscreverem, porque é o único método de sermos democráticos. Eu entendo, mas infelizmente, pelo atraso que ocorreu, teremos de fazer essa limitação, uma vez que a Mesa por si só já é um tanto grande.

Parente fará uso da palavra pelo tempo de 5 minutos. Se precisar de algo mais, ele, que é uma pessoa muito disciplinada, entenderá.

SR. JOSÉ VAZ PARENTE — Bem, companheiras e companheiros, esse tema é por demais complexo, não é um tema para iniciarmos e esgotarmos em 5 ou 10 minutos.

João Luiz, em linhas gerais, disse para vocês o que devemos fazer após conquistarmos a terra. Evidentemente vocês estão aqui para discutir com este Parlamento as possibilidades concretas de vocês conquistarem essa terra. (Palmas.) Entendemos que, se vocês estão sem terra ou com pouca terra, é porque tem poucas pessoas com muita terra. E essa é uma realidade não só do Distrito Federal, é uma realidade nacional.

O Brasil é um dos maiores países do mundo em termos de território e, no entanto, tem um contingente infindável de pessoas excluídas desse sagrado direito de acesso à terra. O Distrito Federal, diga-se de passagem, é a menor das unidades federativas deste País. Ele tem mais ou menos a dimensão de alguns dos projetos de reforma agrária do Incra. São apenas 580 mil hectares, que abrigam a quarta maior população deste País. Então, já dá para vocês perceberem que, mesmo havendo uma reforma agrária massiva, vai faltar terra. Se fôssemos distribuir esses 580 mil hectares tomando por base a fração mínima de parcelamento, que é um módulo fiscal de 5 hectares, nós teríamos, no máximo, um projeto para assentar umas 160 e poucas mil famílias. Então, falta terra. É por isso que temos que trabalhar na perspectiva de fazermos a reforma agrária não apenas no Distrito Federal, mas no Entorno.

Companheiros, eu vou passar para vocês alguns dados que alguns de vocês já sabem, apenas para reavivar a memória. O primeiro deles é que é sabido que, desses 580 mil hectares, mais ou menos dois terços ou 390 mil são compreendidos por terras públicas, que, segundo a Constituição, têm que ser destinadas, preferencialmente, ao programa de reforma agrária. Infelizmente, essas terras públicas estão concentradas nas mãos de poucos, que se chamam ocupantes, mas, a rigor, são grileiros. Não existe posse em terras públicas.

Nós temos, é certo, muitos contratos de concessão, realizados até indevidamente, que careceriam de uma revisão. E aí, já na linha do encaminhamento, temos que entender primeiro que as terras públicas hoje estão, na sua maioria, nas mãos de um número reduzidíssimo: 6% dos imóveis rurais do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 17

Distrito Federal concentram mais de 240 mil hectares, enquanto 86% desses imóveis, que são ocupados justamente pelos companheiros de vocês que têm pequenas ocupações, representam apenas 12% de toda a área do Distrito Federal. Então, nós estamos ocupando apenas 39 mil hectares. Companheiros, isso já revela uma brutal dificuldade.

Para nós alcançarmos essa situação desejada que o João nos aponta, é claro que reforma agrária não é só para distribuir terra. Reforma agrária é um programa de inclusão social, é um programa de promoção da cidadania, é um programa que contempla todas as formas de sustentabilidade, não apenas a econômica, mas a social, a ambiental, a organizativa. É por isso mesmo que é um programa de resgate da cidadania que foi surrupiada de vocês. É por isso mesmo que cabe ao Estado assegurar os meios para que esse programa seja, de fato, executado.

Em se tratando do Distrito Federal, em havendo disposição, em havendo coragem para enfrentar os problemas, evidentemente que essa reforma agrária teria um custo, do ponto de vista financeiro, simbólico, porque as terras, em princípio, já são terras públicas, e a Constituição – repito – determina que elas sejam disponibilizadas para vocês. Portanto, companheiros, essas terras teriam que passar por todo um processo de discriminação, para saber quem é quem. E somente aqueles dentro do limite estabelecido por lei, em termos de ocupação, que estivessem utilizando essas áreas corretamente, em estrita observância ao que determina a função social da terra, teriam direito a permanecer na terra. O restante deveria ser arrecadado e distribuído com vocês. (Palmas.)

Então, companheiros, esse é um dos grandes desafios que temos. O Brasil existe há mais de cinco séculos e ainda hoje não fez a reforma agrária que a realidade fundiária deste país exige. As desapropriações incidentes sobre as áreas pertencentes a particulares que descumprem com a função social só ocorrem quando muito nas áreas de conflito, nas áreas de tensão. Nós ainda não tivemos uma reforma agrária como gostaríamos de ter. É por isso mesmo que os grandes centros urbanos estão abarrotados de gente, sem lhes oferecer qualquer condição de sobrevivência minimamente digna. Se não fizermos a reforma agrária no Distrito Federal, no entorno e em todo o território nacional, evidentemente que vamos permanecer *ad eternum* a conviver com esses quadros.

Vocês, de um lado, pressionando o Estado, para que ele cumpra com o seu elementar, porque a terra não é uma mercadoria. A terra é um bem comum. E a função primordial da terra é justamente prover os direitos fundamentais da pessoa humana. A terra não é para ser negociada. A terra não é para ser objeto de especulação. A terra é para garantir à nação brasileira uma soberania alimentar, como bem lembrou o João Luiz, com a geração de produtos saudáveis e com um meio ambiente que permita que as gerações de vocês, as nossas gerações, se reproduzam no tempo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06 12 2012		15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

O Distrito Federal tem problemas inúmeros em termos de recursos naturais para atender até mesmo às necessidades da atual população. É por isso que, quando se fala em aumentar a população no Distrito Federal, é um desassossego total. Não dá para a gente pensar em termos de reforma agrária para o Distrito Federal sem repensar o processo de ocupação e utilização das terras na região do entorno.

Portanto, companheiros, essa seria a mensagem, em poucas palavras, que teríamos a trazer aqui para vocês, que, diga-se de passagem, são mais provocações, entendendo que é fundamental que vocês permaneçam unidos, que se fortaleçam os laços de fraternidade, para que vocês possam efetivamente conquistar esta tão almejada vitória, que é a realização da reforma agrária no Distrito Federal e Entorno. (Palmas.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Nesta oportunidade, ouviremos o representante da Divisão do Incra no Distrito Federal, o Zé Raimundo, para quem também peço o tempo de cinco minutos.

Mais uma vez, deixo aqui a informação que a comissão que está recolhendo as inscrições está ali ao lado. Portanto, podem se aproximar e apresentar seu pleito de manifestação.

Concedo a palavra ao José Raimundo.

SR. JOSÉ RAIMUNDO SEPEDA DA SILVA – Boa tarde a todas e a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar o Chiquinho por esta grande iniciativa de puxar uma discussão de grande importância, especialmente pelo momento em que vivemos, um momento de conflitos pela posse da terra não só no Distrito Federal, mas em todo o Brasil. Isso nos remete a questões primordiais, para as quais precisamos buscar reflexões com muita profundidade, a fim de buscar também uma solução que traga tranquilidade para todas as famílias que precisam de terra para trabalhar, viver, produzir e progredir.

Parabenizo toda a Mesa, toda a condução do Deputado. Acho que todos nós, presentes, temos um papel nessa lógica, em todo esse processo de destinação de terra, de uso e ocupação do solo no Distrito Federal. Acho que estamos aqui reunidos neste momento, para buscar soluções que sejam aquelas que mais adequadamente possam trazer o mínimo de dignidade, de possibilidade de ordenamento dessas terras do Distrito Federal. Que se possa contemplar também as famílias que realmente estão buscando, neste momento, o seu pedaço.

O Incra tem buscado intermediar os trabalhos de ordenamento territorial no Distrito Federal, junto com a Secretaria de Agricultura e a Terracap, que sempre têm discutido de maneira muito próxima a questão fundiária do Distrito Federal. Hoje o Incra tem se pautado um pouco mais no pedido de transferência de terras, para que possamos fazer os assentamentos onde somos demandados. São poucas as terras que estão sob a jurisdição do Incra aqui no Distrito Federal. Podemos citar a região do Picage, que – acho – todos conhecem, que é o antigo projeto integrado de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 19

colonização Alexandre Gusmão, e algumas outras áreas que já foram desapropriadas e destinadas para assentamento.

A grande maioria das terras é de propriedade da Terracap, e algumas terras são da União, sob a gestão da Superintendência de Patrimônio da União, que é quem deverá fazer essa ponte entre a Terracap, que seria a proprietária da terra, e o Incra, para destiná-la a assentamentos. Então, estamos nesses entendimentos, em nível institucional, para que possamos ter a posse, a doação das terras que estão sendo demandadas pelo movimento social para assentamento e, da maneira mais adequada e dentro das normas e da legislação, destinar essas terras aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que delas estão necessitando. A gente tem feito essa parceria com o Governo do Distrito Federal e acho que vai-se chegar ao ponto em que possamos contemplar realmente essa necessidade, essa grande demanda que temos hoje aqui no Distrito Federal.

Por enquanto, eram essas as palavras. Agradeço a oportunidade. Até breve. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, José Raimundo. Aproveito para mandar as nossas saudações ao superintendente, o Marcão.

Convido, nesta oportunidade, a companheira Vera Lúcia Martins, pelo prazo máximo de cinco minutos, por favor.

SRA. VERA LÚCIA MARTINS – Boa tarde a todos; companheiros da Mesa, companheiros principalmente do auditório. É com muita honra que estou aqui representando os senhores como movimento social e de luta dos trabalhadores. (Palmas.)

Quero iniciar dizendo que o Distrito Federal veio para Brasília em um espaço limitado, onde se esperava, minimamente, justiça social neste país. Brasília não foi construída para especulação nem para exploração da terra, como um meio de ganho para meia dúzia de pessoas. Brasília foi criada para haver justiça social, onde se juntava todo o Brasil para ter uma vida diferenciada e ser exemplo para o mundo.

No entanto, infelizmente, nesse pequeno espaço de chão, a terra foi sendo ocupada de forma desordenada por meia dúzia de pessoas e sem um controle maior. Hoje temos o homem, que é o verdadeiro produtor da terra, que é o verdadeiro e legítimo produtor rural, sendo expulso das suas terras, perdendo tudo o que tem, muitas vezes com ação da polícia passando o trator em cima, acabando com o pouco que aquela família juntou para ter dignidade para sobreviver, perdendo roupas, colchões, o alimento que tinha e tudo o mais. E sendo assim expulso da terra. Isso é uma vergonha para o nosso Estado.

Queremos dizer, em nome de todos os trabalhadores rurais, que nós, Deputado e autoridades presentes, não queremos a regularização fundiária. O trabalhador rural não quer a regularização fundiária para o latifundiário, ele quer a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
06 12 2012		15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA		20

terra para ele. Ele quer a reforma agrária. A regularização fundiária feita até agora deixou o trabalhador desprotegido. Já o processo da reforma agrária tem uma série de direitos e créditos que nos darão condições de sobrevivência. Nós não queremos no Distrito Federal terra para monocultura da soja, como já foi dito pelo João Luiz e pelo Parente. Queremos a terra para produzir alimento sem agrotóxico. Não queremos a manutenção no Distrito Federal da produção com agrotóxico. Mais uma vez, dentro do que foi dito, principalmente pelo Parente, o único que produz sem agrotóxico é o agricultor familiar, aquele que realmente coloca o alimento na mesa do brasileiro, aquele que realmente garante a segurança alimentar para todo o povo brasileiro.

Então, companheiros, queremos oportunidades iguais. Nós, trabalhadores rurais, queremos na verdade o crédito, a terra e todos os direitos que tragam dignidade para o cidadão. Queremos ser cidadãos brasileiros. Queremos ser iguais. (Palmas.) Queremos produzir como sabemos. Queremos colocar alimento saudável na mesa do povo e nós queremos também mercado para o nosso produto. Nós não queremos simplesmente ser tratados de forma excludente, sendo jogados de um lado para outro e sem uma perspectiva de vida.

Nós queremos a terra para criar nossas famílias, para termos igualdade dentro do país, para termos dignidade dentro deste país. Nós não queremos ser tratados como caso de polícia, não queremos ser tratados como invasores. Nós não somos invasores. Nós somos cidadãos brasileiros que precisam de um pedaço de chão para podermos criar nossas famílias e ajudar o crescimento deste país, que passa principalmente pela alimentação do povo. Isso é básico na vida. (Palmas.) Sem alimentação, não há saúde, não há educação, não há nada que faça com que alguém consiga permanecer na face da terra. É o trabalho mais digno que existe, o trabalho da produção.

Para concluir, queremos deixar como encaminhamento que haja uma ação conjunta do Governo Federal e do Governo Distrital no sentido de reexaminar toda a ocupação das terras, principalmente as públicas. Verificar inclusive documentação das terras privadas, porque nós temos certeza absoluta de que boa parte dos documentos que nós temos no Distrito Federal são aquilo que realmente é chamado de grilo. São documentos inscritos no cartório e, de fato, esses documentos são um grilo. Foi documento que não teve, de fato, origem na posse real do homem na terra. Portanto, não pode ficar na terra. É um crime que lesa o patrimônio público.

Nós queremos que esse grupo de trabalho, essa comissão, olhe se nas terras do Distrito Federal está se produzindo dentro dos princípios, sem agrotóxicos. Que não sejam grandes propriedades, porque a terra pública não pode ser destinada a latifundiários. Aquelas que não estiverem cumprindo a sua função social, que sejam retomadas e destinadas à política de reforma agrária. (Palmas.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 21

Para concluir, queremos que essa revisão seja feita, inclusive, se possível, que haja a participação de algum representante dos trabalhadores dentro dessa comissão – não estamos dizendo aqui que não há transparência, muito pelo contrário. Nós queremos dizer que nós queremos estar com nosso povo –, para que a gente possa ter alguém nosso lá dentro, acompanhando, ajudando o debate, construindo e vendo o nosso lado. Nós não queremos mais ouvir dizer que as terras do Distrito Federal são fruto de especulação, como historicamente vem sendo dito.

Por isso, esperamos que esta comissão seja, como tem tentado ser, muito transparente e realmente privilegie o agricultor, aquele que realmente debaixo de sol e chuva produz o alimento que vai para a mesa do povo brasileiro.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Vera Lúcia, militante da reforma agrária no Distrito Federal há muitos anos, companheira que não é de gabinete, mas que é de andar nos acampamentos. Quero aqui manifestar o meu mais profundo respeito quando estive no Incra como servidora, porque é uma servidora concursada, só que agora aposentada. Ela sempre esteve ao lado das lutas. Eu lembro a Vera, como servidora, tentando ajudar a encaminhar, dentro do órgão, essa luta junto aos técnicos, a paciência, mobilizando os servidores, levantando a bandeira. Portanto, é uma companheira que abriu e tem aberto a pequena casa dela para receber trabalhadores, para discutir, para mobilizar.

Eu, que tenho acompanhado essa companheira já há alguns anos, quero aqui, tanto a ela como ao Parente, tributar a esses dois companheiros, pela sua história de luta, de dedicação à reforma agrária, o meu mais profundo respeito. São ombros amigos, ombros solidários, ombros de luta, que não fogem, não são pessoas de palanque, são pessoas que, na hora da dureza, da dificuldade, estão junto conosco. Essa é a envergadura desses dois companheiros. (Palmas.)

Quero passar a palavra a uma das figuras mais ilustres, respeitada pela sua experiência, pela sua idoneidade, utilizando sua experiência, seu bom senso na construção de solução. Estive recentemente nas negociações, nas tratativas iniciais que o Incra promoveu lá junto à Toca da Raposa, e estava lá o Dr. Gercino como Ouvidor, tentando dialogar com as partes para encontrar a solução, a saída junto aos órgãos, como também junto aos trabalhadores e junto aos latifundiários. Quero, portanto, dizer que é um motivo de enorme satisfação, um grande orgulho para mim particularmente ter a presença do Dr. Gercino aqui, para poder trazer a sua palavra a esses homens e mulheres ansiosos, esperançosos de encontrar uma saída pela reforma agrária em Brasília.

Dr. Gercino, o senhor está com o microfone. (Palmas.)

SR. GERCINO JOSÉ DA SILVA FILHO – Exmo. Sr. Deputado Wasny de Roure, autor desta ideia maravilhosa – porque nós temos dito sempre que não há nada melhor do encontrar as pessoas que sofrem diretamente as consequências dos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
06 12 2012		15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

conflitos agrários, ouvir essas pessoas e fazer os encaminhamentos necessários para melhorar a reforma agrária em todo o Brasil —, nossos cumprimentos pela ideia, Deputado, e ao Chiquinho também, que foi um dos autores da proposta e a todos os trabalhadores rurais que se encontram nesta comissão geral, bem como os meus cumprimentos a todos da Mesa.

Eu quero dizer que os dados da Ouvidoria Agrária Nacional apontam no sentido de que, no Distrito Federal, existem muitas terras para poucos, e poucas terras para muitos, de acordo com os próprios dados da Ouvidoria Agrária Nacional. O que isso significa? Significa que existe muita terra pública, seja do GDF, seja do Governo Federal aqui no Distrito Federal, porém essas terras estão nas mãos de poucos grandes ocupantes. Toda vez que os trabalhadores rurais sem terra buscam fazer com que essas terras sejam encaminhadas para reforma agrária, eles encontram grande dificuldade, e é preciso que essa dificuldade seja vencida.

Então, Deputado, a minha primeira proposta é no sentido de que essa insigne comissão geral faça gestão no sentido de que o GDF e a SPU — Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal — agilizem a destinação de suas áreas rurais para reforma agrária, possibilitando assim o assentamento de muitos e muitos trabalhadores rurais sem terras que se encontram mobilizados, que se encontram acampados, enfrentando as dificuldades de jagunços, de pistoleiros, de milícias, e que essas pessoas tenham dignidade na condição de beneficiários do programa de reforma agrária.

Eu falo isso, Deputado, com base naquilo que tem ocorrido lá na Ouvidoria Agrária Nacional, quando nós estamos resolvendo algum conflito agrário. Então a Terracap diz: "Olha, a área é da Terracap, mas para essa área ser destinada à reforma agrária, tem aí um procedimento burocrático demorado". A mesma coisa com as terras da SPU, que também está disposta a remeter as suas áreas para reforma agrária, assim como a Terracap, mas existe esse empecilho, que é essa burocracia.

A minha sugestão é esta: a comissão geral fazer gestão junto a esses órgãos para eliminar a burocracia e destinar essas áreas para o assentamento de trabalhadores rurais sem terras. (Palmas.) Quero assinar embaixo também, Deputado, essa proposta da Verinha. Entendo que esta comissão geral deve fazer gestão no sentido de que a Terracap e a SPU façam um levantamento em todas as áreas públicas rurais daqui do DF para verificar o cumprimento da legislação e, naquilo que não estiver sendo cumprido de acordo com a lei, que essas áreas sejam destinadas à reforma agrária. (Palmas.)

A minha terceira e última proposta, Deputado, é ainda no sentido de que esta comissão geral faça gestão junto à Defensoria Pública Geral do Distrito Federal a fim de designar um defensor público agrário para ficar à disposição dos trabalhadores rurais sem terras que buscam a reforma agrária. (Palmas.) Lembro

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
06	12	2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA		23

que aqui no Distrito Federal nós temos uma Vara Agrária Distrital, temos uma Promotoria Agrária Distrital, temos a Ouvidoria Agrária Regional do Incra, temos uma Polícia Militar Agrária, que foi instituída atendendo o nosso pedido, mas não há a Defensoria Pública Agrária. Então é muito urgente.

Só para arrematar, isso tudo é importante — atender ao pleito desses trabalhadores rurais — porque nós não podemos esquecer um preceito muito importante que diz o seguinte: a dinâmica das relações sociais impõe o seu próprio caminho quando não são atendidas as reivindicações que dizem respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Dr. Gercino. Leve consigo essa expressão de reconhecimento do seu trabalho na causa dos trabalhadores. Isso é motivo de muito orgulho para todos nós.

Tenho a enorme satisfação de convidar o Coordenador-Chefe Adjunto de Articulação Intergovernamental da Secretaria de Governo, portanto o próprio representante do GDF nesta Mesa, o Sr. Jean Lima, com a palavra por cinco minutos.

SR. JEAN LIMA – Boa tarde a todas e a todos os presentes. Cumprimento a Mesa, o Deputado Wasny de Roure pela iniciativa junto com o Chiquinho. Cumprimento o João Luiz, o Dr. Gercino José da Silva Filho, o Sr. Moisés José Marques, o Sr. Nilton Guimarães, o Sr. José Raimundo, o Sr. José Vaz Parente e a Sra. Vera Lúcia Martins.

Deputado Wasny de Roure, parabênizo V.Exa. porque esse tema é muito importante para a gente debater em um espaço como esse, em uma comissão geral, onde colocamos diferentes percepções sobre o problema e damos a oportunidade de as pessoas se manifestarem, de ter um diálogo. Acho importante essa iniciativa, porque o tema do uso da ocupação do solo é um tema muito caro aqui no Distrito Federal, e a gente sabe que os mais prejudicados pela história de descaso e pela história com os trabalhadores aqui são os próprios trabalhadores. Por isso que o auditório está cheio, porque é um tema muito caro para a população do Distrito Federal, que tem uma história de descaso.

Se nacionalmente os movimentos rurais do campo têm um desafio de combater o latifúndio e de combater o agronegócio, aqui em Brasília tem outro elemento, outro fator que é muito caro para a nossa história, que é a grilagem de terras. Durante 20, 30 anos a grilagem de terras foi o instrumento de fazer política. Pessoas foram jogadas em diversas áreas, sem infraestrutura, sem um pinga de planejamento urbano. Áreas que eram rurais hoje se tornaram urbanas. Há um histórico em Brasília de descaso nas políticas públicas.

Por que estou iniciando minha fala a partir desse contexto? Porque a gente precisa manter um diálogo permanente com os trabalhadores e com os movimentos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 12 2012		15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA		24

sociais, porque só o governo não vai vencer a grilagem de terras: é preciso o apoio permanente dos movimentos sociais e o diálogo permanente dos movimentos sociais.

O Governador Agnelo Queiroz, em março deste ano, instituiu o Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária, que envolve diversas secretarias do Distrito Federal, movimentos sociais do campo que atuam aqui no Distrito Federal e órgãos do Governo do Distrito Federal. O fórum, eu diria, tem três etapas. A primeira etapa, que a gente crê que já venceu, é uma etapa de mapeamento das demandas e um pouco a questão da base de dados — a gente tem uma base de dados para tratar sobre o tema da questão agrária aqui no Distrito Federal.

Então, a gente está concluindo essa primeira etapa, que consideramos importante, porque como envolve diversos órgãos, tanto do Governo do Distrito Federal quanto do Governo Federal, a gente tinha divergências de dados. O Incra trabalhava com uma série de dados, a Terracap trabalhava com outra série de dados, a CEAG com outra série de dados. Então, a gente está conseguindo, em uma primeira etapa do fórum, vencer essa etapa, que é a questão do banco de dados.

A segunda etapa que está sendo instituída, que está sendo analisada, que compete muito ao que o Dr. Gercino colocou aqui, é uma política de reforma agrária. A gente já iniciou essa segunda etapa e tem duas ações objetivas que estamos discutindo. Uma é um termo de cooperação com o Incra, que está sendo elaborado. O Procurador do Incra, Dr. Sérgio, vai nos enviar amanhã, formalmente, a primeira proposta de uma minuta de cooperação com o Incra, que permite o quê? Permite que o Governo do Distrito Federal possa fazer assentamento sem passar por esse trâmite burocrático, que é doar a área para a SPU e a SPU doar para o Incra.

Isso vem através de uma burocracia enorme, porque muitos movimentos aqui estão assentados em áreas do Governo do Distrito Federal, depois passa dois anos para ir para o SPU, mais um ano para ir para o Incra. Então, a gente está discutindo uma forma de romper a burocracia, que foi um tema que o Dr. Gercino colocou, que é a segunda etapa que estamos vencendo no Fórum Distrital de Políticas de Reforma Agrária. Estamos instituindo e estamos levantando leis, decretos e uma série de outras questões legais e administrativas para instituímos o sistema agrário do Distrito Federal.

O Distrito Federal tem terras, o Distrito Federal tem condições de fazer reforma agrária e nós vamos fazer a reforma agrária. (Palmas.) Esse processo, Deputado Wasny de Roure, não é só um processo de convencimento político também do governador, do Secretário de Governo e dos demais órgãos do governo. É um processo também por conta do diálogo permanente dos movimentos sociais que estão na Mesa negociando e propondo essas medidas. Então, estamos em vias de finalizar esse processo, o termo de cooperação com o Incra e, dessa forma, instituir o sistema agrário no Distrito Federal que inclui nesse processo, Verinha, a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	12	2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

instituição de um conselho que permite a participação de três membros do governo, três membros da sociedade civil, um membro da OAB e um membro da Câmara Legislativa.

Esse conselho vai definir em trinta dias as regras gerais para a política de reforma agrária do Distrito Federal, que inclui: critérios, cadastros e outras questões que envolvem a política de reforma agrária. Então, nós estamos até o fim desse mês querendo instituir que o Governo Agnelo e o Presidente do Incra assinem essa portaria para que possamos iniciar essa segunda etapa do fórum.

A terceira etapa do fórum, que é ligada aos movimentos sociais, é a meta. São os planos de meta. Serão as metas para 2014. Quais são as demandas reais que temos dos movimentos sociais? Quais as áreas que temos? A Seagri e a Terracap, incansavelmente, estão fazendo esses estudos para podermos passar para a próxima etapa. Então, esperamos que consigamos avançar nessas duas etapas do fórum de reforma agrária.

Eu gostaria de colocar também outra questão que acho muito importante, que é a mediação que temos feito com a Ouvidoria Agrária Nacional, com o Dr. Gercino. Eu acho muito importante aquele espaço de diálogo. Temos feito uma série de acordos com os movimentos sociais lá. Nós temos inclusive, junto com a Ouvidoria Agrária, enfrentado grileiros ao lado dos movimentos sociais. Há movimento social que está em terra da Terracap que grileiro já ganhou na justiça e que, em outros governos anteriores, a polícia ia lá e tirava. Agora a Terracap os está enfrentando na justiça. Estamos enfrentando grileiros judicialmente, e o movimento social está na área até que se julgue o mérito. (Palmas.) Então, nós estamos com uma política de enfrentamento da grilagem e, sem os movimentos sociais, o governo não consegue vencer sozinho. Nós precisamos dessa parceria com os movimentos sociais.

Por fim, acho que temos um espaço instituído de fórum de reforma agrária. Precisamos aperfeiçoá-lo e avançá-lo nessas duas etapas, que são a concretização do sistema agrário do Distrito Federal e a definição com os movimentos sociais de um plano de metas até 2014, com o número de famílias, a demanda real, uma proposta de critérios para a reforma agrária e as áreas, para avançarmos no Distrito Federal.

Agradeço ao Secretário e a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Neste momento, gostaria de agradecer ao Jean, que está sendo uma enorme surpresa para todos nós. Ele veio integrar o governo em uma tarefa difícil. Gostaria de cumprimentá-lo por sua capacidade de estar somando-se aos movimentos, ao MST, à Contag, ao MBST e a outros movimentos autônomos da busca pela reforma agrária, para tentar construir saídas para nós em Brasília.

Para mim também é uma enorme satisfação ter aqui, como Secretário Adjunto, e agora como Secretário interino da Agricultura, o Dr. Nilton Guimarães,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	12	2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

que também já foi servidor desta Casa. É um servidor de carreira, uma pessoa comprometida com a causa do trabalhador rural. Quero passar a ele o microfone, para que ele possa fazer uso da palavra por cinco minutos.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Nilton Guimarães.

SR. NILTON GUIMARÃES – Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de saudar especialmente as lideranças dos diversos movimentos, muitos dos quais tivemos a satisfação de nos reunir para discutirmos e tentarmos encaminhar soluções para as questões agrárias enquanto atuo na Secretaria da Agricultura do Distrito Federal.

Gostaria de cumprimentar especialmente o Deputado Wasny de Roure por esta iniciativa, por esta coragem de reunir todos aqui para esta discussão a respeito de um assunto que tanto nos demanda tempo e esforço. Ao nosso companheiro Moisés, ao Dr. Gercino, ao ex-secretário de Agricultura, Sr. João Luiz Homem de Carvalho, ao Jean, que como já disse o Deputado Wasny de Roure, tem sido um esteio nessa discussão, um esteio fincado pelo Governador Agnelo Queiroz nesse debate, para chegar a bom termo a questão da reforma agrária no Distrito Federal — Jean, parabéns pela condução do trabalho que você vem traçando em nome do Governo do Distrito Federal, em nome do nosso Governador Agnelo —; à Verinha a nossa satisfação, amiga de muitas batalhas e também de discussões; ao Parente e ao José Raimundo.

Aqui eu quero aproveitar, fazendo referência aos dois palestrantes, uma expressão do companheiro Parente que diz tratar-se de um tema extremamente complexo. De fato é; é um caminho difícil de percorrer. Como já dizia o nosso Governador Agnelo desde a campanha: “Buscar um novo caminho”. E o novo caminho precisa ser conhecido, depende de planejamento, depende de conhecer todos os fatores que nos cercam. E, com isso, exige planejamento, exige discussão, exige reunir as pessoas que podem e que sabem discutir o assunto, especialmente aquelas interessadas. Em todos os fóruns de discussões instalados pelo Governo Agnelo, especialmente no fórum para discutir a questão agrária e em todos os demais, em todas as instâncias de governo, estiveram e estão presentes as representações dos trabalhadores rurais — falamos isso aqui — na questão agrária.

Isso é decisão do governador, é decisão de governo. Jamais qualquer discussão vai ser encaminhada sem a participação dos verdadeiros interessados, que são os trabalhadores rurais, no caso da reforma agrária, e assim também em todos os outros temas.

Conhecendo o ambiente de trabalho para definir o caminho, todos os órgãos do Governo do Distrito Federal foram levados a desenhar planejamento. Nós, enquanto Secretaria da Agricultura, jamais desejamos andar sozinhos. Desde o início, a Secretaria da Agricultura pensou no seu planejamento. E quando pensou em planejamento, pensou em unir as três principais entidades do sistema público de agricultura: a secretaria propriamente dita, a qual hoje nós estamos aqui

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 12 2012		15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

representando na condição de secretário em exercício; a Emater, que está aqui representada pelo João Pires, o qual está de fato também respondendo pela Presidência da Emater, que é o nosso órgão de extensão; e a Ceasa, representada aqui pelo seu Presidente, Wilder Santos, que trata do abastecimento e da distribuição da nossa produção. Junto conosco também diversos setores: o Subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, Marcelo Pires, está aqui com sua equipe: Viviane, Cláudia; Carliene, Lúcio.

Então, nós estamos aqui com uma equipe da secretaria para, acima de tudo, perceber essas discussões. São essas pessoas que são responsáveis no âmbito da secretaria por estar encaminhando soluções. Muitas questões na definição desse caminho já estão encaminhadas. O fórum é a central. O próprio governador determinou que fosse tratado na sua secretaria de governo, onde centraliza todas as discussões. Isso está acontecendo. Está acontecendo, como dito aqui pelo José Raimundo e pelo Jean, uma discussão muito avançada para o estabelecimento e, como sugerido pelo Dr. Gercino, uma discussão muito avançada para estabelecer uma parceria efetiva com o Incra, para cortarmos caminho nesse processo da reforma agrária.

Questões menores, mas de não menos importância, atinentes tão somente ao setor da agricultura, já foram tomadas. A Secretaria de Agricultura hoje é reconhecida nacionalmente como a secretaria que tem os olhos voltados para a agricultura familiar. Isso não é novidade para nós, isso já não é novidade sequer para o Brasil.

Criamos, por força do Governador Agnelo, programas específicos para a agricultura, como aquele preocupado com a aquisição dos produtos daqueles que já têm um pedaço de terra para trabalhar, que é o Papa-DF — Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura. Isso é verdade, está acontecendo. Os produtores familiares têm prioridade na hora de vender os seus produtos para os programas institucionais, para os programas assistenciais dos diversos órgãos, não só da Secretaria de Agricultura. Até o Zoológico e o BRB hoje já compram do agricultor familiar graças ao programa Papa-DF, fruto do esforço deste governo.

Não adianta, acima de tudo, produzir se não houver consumo. Temos um esforço demasiado, inclusive, na agregação de valor dentro do Papa-DF, que era no incremento do valor daqueles produtos em que não se usa agrotóxico, daquele produto naturalmente produzido. Isso é uma definição de gestão, definição de governo que todos nós temos aqui, que é defendida muito bem nesta Casa pelo Deputado Wasny de Roure. Ele teve sempre a companhia do Deputado Joe Valle, que acompanha essa discussão do rural com muita propriedade por ser ator desse processo.

Nós teríamos aqui uma infinidade de programas, como a destinação de máquinas agrícolas essencialmente para o produtor rural e diversas outras questões

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

que podemos avançar em diversos outros momentos, mas em razão do tempo limitado, nós queremos exceder o mínimo possível, Deputado Wasny de Roure. No retorno de eventual discussão, a gente continua nesse debate.

Muito obrigado a todas e a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado.

Vamos passar para o último inscrito da Mesa e, em seguida, daremos início à fala das lideranças e dos inscritos.

Vou passar a palavra ao companheiro, diretor de regularização de terras rurais da Terracap, Dr. Moisés Marques, amigo de muitos anos, militante, advogado, que já vem empreendendo um processo de acompanhamento do debate do campo há muitos anos, sobretudo agora na gestão do Governador Agnelo.

Outro dia, eu estava ali perto daquela ocupação que chamo de Aguilhada. Lá estavam os trabalhadores esperando a chegada do Dr. Moisés. É uma pessoa respeitada, é uma pessoa hoje de enorme acúmulo nessa matéria no Distrito Federal. Portanto, para nós, é uma enorme satisfação, inclusive, tê-lo como diretor de regularização de terras rurais daqui do Distrito Federal, em nível de Terracap.

Concedo a palavra ao Diretor Extraordinário de Regularização de Terras Rurais da Terracap, Moisés José Marques.

SR. MOISÉS JOSÉ MARQUES — Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado.

A gente, como ele bem disse, vem de lutas de alguns anos. Desde quando pela primeira vez eleito Deputado Distrital, depois Federal, e agora de volta à Câmara Legislativa, é alguém que sempre colocou o seu mandato à disposição dos movimentos sociais. De modo, Deputado Wasny de Roure, que você está de parabéns por estar promovendo esse encontro aqui, esse debate. Desse debate certamente tiraremos várias lições e proveitos para, cada vez mais, estarmos aperfeiçoando os projetos que o governo tem no que diz respeito à ocupação e ao desenvolvimento rural no Distrito Federal.

Cumprimento os demais companheiros da Mesa e cumprimento essa plateia muito bem selecionada, que são trabalhadores e trabalhadoras rurais que buscam na luta, no seu dia a dia, exatamente um espaço para que possam desenvolver o seu direito de cidadão, que é ter uma ocupação que gere renda, que garanta a produção e atenda o meio urbano também. Porque muitas vezes o meio urbano não entende muito esse processo que vocês vivem no dia a dia, acham que isso é só coisa rural. Agora eles esquecem que aquele alimento que buscam nas prateleiras do supermercado se inicia ali. É a partir daqueles trabalhadores rurais, dos produtores rurais, que esses alimentos chegam ao meio urbano. Então, nós temos aqui que reverenciar e dar os parabéns a esses trabalhadores que se dispõem a essa luta incansável em busca da terra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	

Cumprimento especialmente o companheiro Chiquinho, um incansável lutador, uma liderança. E, como já foi dito, o responsável por ter provocado este debate a partir do gabinete do Deputado Wasny de Roure. Também faço aqui uma homenagem a uma companheira que eu conheci nas lutas, a Michele, lá do acampamento Nossa Senhora Aparecida 15 de agosto, que é uma liderança jovem e tem a cada dia mais se firmado e demonstrado a sua capacidade de liderar e de compreender esse processo que vocês vivem no cotidiano. Então, quero homenagear as mulheres deste plenário na pessoa da companheira Michele. (Palmas.)

É importante compreender quais as funções e as atribuições de cada órgão do governo nesse processo que está colocado. O Jean Lima, representando aqui a Secretaria de Governo e Coordenador do Fórum da Reforma Agrária do Distrito Federal, já disse praticamente tudo. Eu já me sinto contemplado com o que foi dito por ele e pelo Secretário de Agricultura Nilton Guimarães.

Muitas vezes, as pessoas ficam responsabilizando a Terracap como a responsável pela reforma agrária no Distrito Federal. Não é verdade! A política de reforma agrária no Distrito Federal é uma política de governo. Sendo de governo, os órgãos que o compõe, sejam eles da empresa Terracap, sejam as administrações diretas, a Secretaria de Governo, a Secretaria de Agricultura, o Ibram, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos — Semarh, porque nós precisamos do respaldo do meio ambiente, todos esses órgãos estão irmanados exatamente para executarem a política do governo. Este governo já deu provas de que está trabalhando.

Essas informações que o companheiro Jean nos revelou aqui agora — a gente tem participado desse debate — é mais uma demonstração de que o governo está, sim, buscando alternativas para que a gente atenda inclusive o que o Dr. Gercino colocou, que é sair dessa burocracia para que possamos resolver de imediato e atender essas reivindicações justas que são colocadas pelos movimentos.

O governador criou uma subsecretaria dentro da agricultura exatamente no sentido de valorizar esse tema. O governador, recentemente, criou a diretoria dentro da Terracap, uma diretoria de regularização dos lotes rurais exatamente para poder ainda mais acelerar esse processo que está em curso no Distrito Federal. De modo que a nossa participação, a participação da empresa Terracap no processo de regularização é uma participação determinada pelo governador, sob a direção da Secretaria de Governo. Nós estamos lá exatamente para cumprir essas determinações e assegurar os meios para que a gente consiga chegar e atender essas reivindicações que estão colocadas.

Nós sempre colocamos de forma bem clara que não há — e não haverá, não tem como, porque o quadrilátero é limitado — condições de atender todas as expectativas e todos os pleitos que estão colocados. Mas nós temos o dever de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

buscar atender ao máximo o que o espaço, o que o território permitir. É nesse sentido que nós estamos à disposição e vamos fazer.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Dr. Moisés Marques.

Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, o companheiro Chiquinho, Coordenador-Geral da Fetraf-DFE, teremos um momento da mística com o grupo de militantes do MST, a quem passo a oportunidade de manifestação.

(Apresentação teatral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Agradeço aos nossos companheiros militantes da reforma agrária que militam no MST pela apresentação. Quero convidar o Coordenador-Geral da Fetraf, companheiro Chiquinho, para fazer uso da palavra. Após o companheiro Chiquinho, nós teremos o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno – Fetadfe, Dromilton José Machado.

Concederei o uso da palavra por dois minutos, estendendo até três. Já há doze pessoas inscritas e chegou mais uma inscrição de última hora. Nós queremos ouvir todos, mas já são mais de 18h e daqui a pouco as pessoas começam a sair. Nós queremos encerrar pelo menos num prazo de trinta a quarenta minutos.

Registro a presença do Presidente da Comissão de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, Deputado Robério Negreiros, a quem concedo a palavra.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Quero apenas me colocar à disposição na luta de vocês. E, principalmente, parabenizar a postura do Deputado Wasny em promover esta comissão geral.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra ao Chiquinho.

SR. FRANCISCO LUCENA (CHIQUINHO) – Obrigado, Deputado e companheiro Wasny de Roure, a quem parabenizo e agradeço. Companheiros e companheiras, boa noite. Saúdo a Mesa nas pessoas do nosso companheiro Deputado Wasny de Roure, do Dr. Gercino, nosso parceiro nessa luta com muita responsabilidade, com muita serenidade, e da companheira Verinha, a única mulher na Mesa, mas que representa todas e todos nós.

Começo dizendo que sim, Dr. João Luiz, era tudo isso e o senhor falou algo mais. Era exatamente isso o que nós gostaríamos de ouvir. Parabéns!

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Queria dar resposta a três questões só, três termos. Primeiro termo: "Não tem terra no DF para assentamento de reforma agrária". Eu queria dizer: "Sim, tem terra, sim, para assentamento de reforma agrária". (Palmas.) Segundo termo: "Não tem sem-terra no DF". E eu digo: "Sim, quem tem a coragem de vir aqui mostrar a cara é, sim, sem-terra". (Palmas.) Mas tem um último termo que ouvi recentemente de uma autoridade, inclusive do nosso Governo do DF: "A lei não permite". E eu quero dizer: "Sim, a lei permite". (Palmas.)

Quero concluir chamando a atenção de todos os movimentos para a união de todos, para a nossa unidade, aqui com todas as representações, para a gente enfrentar o problema do jeito que é necessário e garantir que todas as famílias acampadas no DF sejam assentadas no território do Distrito Federal. (Palmas.) Só uma das fazendas públicas tem terra suficiente para assentar todas as famílias acampadas no DF hoje: a Fazenda Palma e Rodeador. Nem é da Terracap, é do Governo Federal. (Palmas.)

Companheiro Wasny, queria agora só dizer, citar duas pessoas. Agradeço pela sua generosidade de ter citado o meu nome como um dos responsáveis pelo evento. Agora, quero dizer que se não fosse duas pessoas que colaboram no seu gabinete, a companheira Ricardina e o companheiro Ronaldo, nós não teríamos chegado a este momento tão importante. (Palmas.) Quero também lembrar que não fossem a competência, a garra, o compromisso de luta dos companheiros de todos os movimentos que atuam aqui no DF, nós também não faríamos isso. (Palmas.) Vamos à unidade, vamos assentar todas as famílias.

Queria que vocês me respondessem uma coisa: reforma agrária quando?

(Manifestação da galeria: "Já!")

SR. FRANCISCO LUCENA – Quando?

(Manifestação da galeria: "Já!")

SR. FRANCISCO LUCENA – Quando?

(Manifestação da galeria: "Já!")

SR. FRANCISCO LUCENA – Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) — Obrigado. Nós agora ouviremos o Dromilton Machado. Após, a Coordenadora do MST, a Maria Lucimar.

SR. DROMILTON JOSÉ MACHADO — Boa tarde a todas e todos. Quero aqui cumprimentar todos os coordenadores e coordenadoras dos movimentos, todas as lideranças. Queria fazer um cumprimento especial para o meu companheiro Jovercindo. Pela primeira vez eu vejo um conselheiro do desenvolvimento rural, que é o companheiro Jovercindo, no Governo do Distrito Federal. Se tem outros, me perdoem aí porque é o único que conheço, tá? (Palmas.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 32

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Wasny, que teve a iniciativa de começar, porque as outras – eu já estive aqui numa audiência pública, foi só uma e parou naquela audiência pública. O Deputado Wasny conseguiu colocar junto tantas pessoas de responsabilidade com a reforma agrária do Distrito Federal.

Eu quero falar para vocês que os movimentos sociais têm que se unir, porque se nós nos unirmos, tirarmos a grilagem do Distrito Federal, ajudarmos o governo a tirar os grileiros do Distrito Federal, com certeza vai ter terra para assentar nós todos e ainda cabe mais gente. (Palmas.) Quando o companheiro Chiquinho falou da Fazenda Palma e Rodeador, aqui tem mais três propriedades grandes também. Esta semana nós vimos companheiros do MST em uma propriedade que tem mais de 2 mil hectares. Hoje eu acho que pelo PDOT ela está como perímetro urbano e está em uma área que eu acho que é uma área rural.

Eu quero agradecer por esse minuto. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) — Obrigado, Dromilton.

Passo a palavra a Maria Lucimar. Após a fala dela, nós ouviremos a Ivanilde Maria de Jesus. Quero aqui felicitar as mulheres. (Palmas.)

SRA. MARIA LUCIMAR – Boa noite a todas e a todos, companheiras e companheiros. Boa noite à Mesa, na pessoa do Deputado.

Camaradas, quero aqui registrar o momento da criminalização dos movimentos sociais. O MST esta semana foi palco de criminalização dos movimentos e das lideranças. Digo, assim, que além de ter terras para fazer reforma agrária, basta de criminalização aos movimentos sociais, às lideranças de seus movimentos. E fazer um chamado: vamos unir campo e cidade. Se campo e cidade se unirem, a burguesia não vai resistir.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Convido a Presidenta da Unibras, Sra. Ivanilde Maria de Jesus, a fazer uso da palavra.

Antes, porém, quero registrar a presença entre nós do Deputado Joe Valle, que também fará uso da palavra daqui a alguns momentos. S.Exa. já está entre nós, está na Mesa. Peço uma salva de palmas para esse Deputado guerreiro e comprometido com a agricultura do Distrito Federal. (Palmas.)

SRA. IVANILDE MARIA DE JESUS – Boa tarde, companheiros e companheiras. Boa tarde, companheiros da Mesa. É uma satisfação estar aqui com vocês hoje. Eu sou Ivanilde, Presidente da Unibras. Estou aqui para apresentar os trabalhadores. A nossa preocupação, da Unibras, é que o governo anda muito lento e os trabalhadores estão massacrados no campo, parecendo uns escravos brancos, não é isso, pessoal? (Manifestação na galeria.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Os escravos não acabaram. Acabou a cor, porque agora tem moreno e branco, galego dos olhos azuis. Não é isso, pessoal? (Manifestação na galeria.)

Então, nós pedimos ao governo, e estão todos aqui hoje, um só objetivo: que o governo, que está aqui na Mesa, preste bem atenção à cara de cada um que está aqui hoje. O que eles estão aqui reivindicando é um pedaço de terra para trabalhar. Não é isso, pessoal? (Manifestação na galeria.)

Mas está sendo difícil, porque o governo está preocupado é com a Copa de 2014 (manifestação na galeria); o governo está preocupado é com os milhões que vão sair agora para os presídios, para melhorar o bem-estar nos presídios. O governo não está preocupado com quantas pessoas estão debaixo de uma lona preta, comendo uma cesta básica que vem duas vezes no ano. (Manifestação na galeria.)

Nós não queremos cesta, nós queremos é terra, não é, pessoal? (Manifestação na galeria.) Para isso, vocês têm coragem de trabalhar! Quem precisa de cesta é preguiçoso, e vocês não são. Quantas fazendas estão precisando ser vistoriadas e nas quais o governo pisou o pé em cima? Cadê o dinheiro de todas as lutas que nós fizemos? Nada, ficou só no papel. Não é, pessoal? Chegamos ao campo e mentimos para os camponeses, porque nada sai, só está na teoria; na prática, não foi feito nada.

Então, a Unibras pede ao Governo Federal que abra concurso público em todos os níveis para o Incra em 2013. E, segundo: o Incra dos estados tem que dar o título da terra para quem mora no assentamento há mais de 5 anos de contrato, para ver se o pessoal deixa de ser escravo e vai à luta sozinho, sem precisar de o Incra estar em cima. (Palmas.)

O terceiro ponto, pessoal, é que o Governo Federal tem que rever os salários dos servidores do Incra e outros. Então, pessoal, o governo tem que saber que a eleição acabou, mas a luta continua! (Palmas.) Vocês estão aí. Esta é a nossa preocupação: o governo tem que nos ajudar, porque precisamos de ajuda. Estamos aqui para lutar juntos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Ivanilde.

Concedo a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Conafer, Jesus Jeremias.

SR. JESUS JEREMIAS XAVIER – Muito boa tarde, companheiras e companheiros. Muito boa tarde, Deputado Wasny de Roure. Eu estendo meus cumprimentos à Mesa na pessoa do Deputado. Alguns companheiros falaram aqui, e eu me sinto contemplado em parte na falação deles.

Reforma agrária no Distrito Federal é possível, sim! Existem terras no Distrito Federal para se fazer a reforma agrária. Existem fazendas e áreas tão extensas que estão sendo colocadas dentro do PDOT, áreas que devem ser destinadas à reforma

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
06 12 2012		15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA		34

agrária. Eu posso citar aqui três ou quatro áreas que foram destinadas, dentro do PDOT, para áreas urbanas e são áreas que estão em cima de mananciais. Para preservar essas áreas, elas devem ser transformadas em áreas de assentamento rural. Uma delas é a Fazenda Gama, em que nesta semana nós presenciamos, se não truculência, o uso imoral da Justiça para retirar as famílias que lá estavam acampadas. Essa é uma delas. A outra é a Fazenda Santa Prisca, além da Fazenda Rodeador, que são áreas que devem ser destinadas à reforma agrária para que se preserve o meio ambiente.

Os companheiros compuseram uma faixa ali: “Enquanto a grilagem cresce, a agricultura familiar empobrece e o meio ambiente padece”. Eu gostaria de mudar essa faixa com a palavra: falece. Falece porque o meio ambiente do Distrito Federal está morrendo. Estamos deixando a grilagem matar o meio ambiente no Distrito Federal.

Eu gostaria de falar a respeito da Conafer – Confederação da Agricultura Familiar, dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais. Ela atua em nível nacional. Quando se dá a terra, capacita-se o trabalhador rural para que ele se transforme em produtor, dá a ele condições de vender o seu produto, escoar a sua produção. Ele produz, vai passar a trazer divisas para o País. Eu falo com tristeza do que eu ouvi no gabinete de algumas autoridades, inclusive de gente do nosso partido, o PT. Disseram para a gente que não tem como vender porque tem muito produto no mercado. Pois bem, eu gostaria de dizer para eles que nós temos no mundo mais de dois bilhões de famintos e mais de um milhão de pessoas que tem deficiência nutricional. Além disso, o brasileiro ainda não se alimenta de forma adequada.

Quanto a essa questão da capacitação, os movimentos sociais podem se unir e cada um criar o seu projeto. A Conafer, em parceria com o MBST e o ITT – Instituto Terra e Trabalho, criou o projeto Volta às Origens. Estamos tentando implementar esse projeto. Eu gostaria de deixar claro que nós já conseguimos implementar esse projeto. Só citando exemplo, municípios no Nordeste, que há três anos faziam a venda da agricultura familiar no valor de 50 mil reais, hoje efetuam a venda de 5 milhões de reais. Isso é fato. Eu tenho como provar, tenho dados.

Então, se lhe oferecer condições para escoar e vender o produto, ele vai produzir. Se capacitá-lo, ele vai produzir. (Palmas.)

Eu gostaria de me estender um pouco, para passar às mãos do Deputado uma cópia do projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado.

Eu convido para fazer o uso da palavra o Coordenador do MBST – Movimento Brasileiro dos Sem Terra, José Mário.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 35

SR. JOSÉ MÁRIO – Boa noite a todos. Saúdo o Deputado Wasny de Roure, a Mesa e todos os companheiros do plenário. Saúdo a companheira Verinha, as mulheres e as companheiras do plenário da reforma agrária.

Eu gostaria de dizer para os companheiros e para a Mesa que o discurso é tão bonito que achamos que a reforma agrária está avançando, mas, na verdade, a reforma agrária que está avançando foi apontada pelo MST na ação que teve agora no dia 4. Falo também que, de boa vontade, a gente não vive mais. A gente vive de ações, de ações do governo. Nós não podemos esperar um ano para começar a implantar e encaminhar as coisas.

Eu quero deixar bem claro que não só precisamos unificar os movimentos em um só pensamento. Eu também queria pedir ao companheiro da Mesa para acrescentar nas propostas do Dr. Gercino que o foro de reforma agrária seja mais atuante, porque o foro foi criado no dia 29 de março e só nos reunimos duas vezes. Em oito meses, só nos reunimos duas vezes. É muito pouco para nós, que estamos numa luta diária. Reunir duas vezes em oito meses é não fazer nada.

Então, não vivemos mais de boa vontade. Queremos que não só o movimento agilize nas questões das propostas, mas que o Governo do Distrito Federal, junto com o foro, também faça um levantamento com mais pressa, porque nós não vamos esperar o foro da reforma agrária, em cada ano, fazer duas reuniões.

Boa noite a todos. Desculpe-me por qualquer coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, José Mário.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável do Gama, Joaquim Campos. Logo após teremos o João de Aquino Vieira, da Associação da Agricultura Familiar de Brazlândia.

SR. JOAQUIM CAMPOS – Boa tarde.

Em nome do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Gama, queremos cumprimentar a Mesa e o Deputado Wasny de Roure pela iniciativa. Temos inundado o gabinete do Deputado com muitas demandas acerca da nossa área rural. Esse espaço é muito válido. Temos que valorizar esse tipo de ação dos nossos Parlamentares.

Deputado, na área rural de Brasília, aqueles que já estão com as suas terras ou as estão ocupando, solidários com a luta dos trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra e de outros movimentos, como Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Gama, quero chamar a atenção da Mesa e da nossa plenária para a questão da regularização fundiária. É necessário fazermos a reforma agrária. Sou solidário a essa luta.

Temos um acampamento do lado do nosso assentamento. São duas coisas distintas lá: um assentamento e um acampamento. Todos dois lados têm suas

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 36

dificuldades: uns querem terras, outros querem a regularização das terras. Não sei se aquele que foi secretário de agricultura no Governo Cristóvão Buarque, João Luiz Homem de Carvalho, vai se lembrar – naquela época, eu ainda era uma criança, praticamente um menino, e hoje estou aqui lutando por terra –, mas na época foi dado início ao processo de regularização da Colônia Agrícola Cabeceira do Valo, lá na Estrutural. Hoje já não estamos mais na Estrutural, pois ela virou uma cidade e, no processo de regularização, cerca de setenta famílias, nas chácaras da Estrutural, foi reassentada no Núcleo Rural Monjolo, no Recanto das Emas, no ano de 2008. Então, eu queria pedir hoje, aqui, a regularização fundiária para as áreas já existentes.

Não preciso falar dos movimentos para a reforma agrária, pois vocês estão bem representados com suas lideranças, mas em nome dos conselhos regionais de Brasília, quero falar que as áreas rurais têm enfrentado muitas dificuldades. Foi criada agora a Diretoria de Regularização de Áreas, dentro da Terracap. A gente torce para que seja um trabalho que dê certo, porque não queremos mais ver áreas rurais de Brasília serem transformadas em condomínios ou terem a sua destinação mudada para área urbana.

Estou na presidência desse conselho há quase um ano. O Conselho de Desenvolvimento Rural é amplo e tem que fazer várias coisas, entre elas a questão da produção. Sem produção, a gente não regulariza. Esse é o lema da Secretaria de Agricultura e também do Conselho Rural. Mas como iremos discutir a produção se, neste ano, não tive condições de me sentar com o Conselho Regional da cidade do Gama, que engloba Gama, Santa Maria e Recanto das Emas? Todas as nossas lutas foram voltadas para a regularização de terras. Todas as nossas lutas foram contra as ações de reintegração por parte da Terracap. São processos antigos.

Talvez este governo não tenha culpa. Hoje estamos com um processo na Vargem da Benção, cuja destinação de área foi mudada de rural para urbana. Temos famílias lá que têm DAP, são assistidas pela Emater e recebem uma notificação para desocuparem uma terra que ocupam, há quase trinta anos, em quinze dias. Como essas pessoas irão fazer? Como iremos fazer para regularizar essas áreas rurais do Distrito Federal? Vamos fazer a reforma agrária? Sim. Sou a favor da reforma agrária, mas vamos regularizar aquilo que já existe e de forma séria!

Peço aqui, Deputado, que V.Exa. acompanhe esse processo de regularização das áreas rurais do Distrito Federal, porque não queremos virar caseiros de terras para o governo. Não queremos virar caseiros do governo, para que, no futuro, ele nos tire das nossas terras de novo. (Palmas.) Não queremos que a proposta que ouvi dentro da Secretaria de que iremos ficar na terra, de que vamos receber o contrato de concessão de uso dela, caia por terra e, ao final, tenhamos que devolvê-la para o governo no dia em que não dermos mais conta. No dia em que envelhecermos, iremos para onde? Queremos a regularização das terras de Brasília, mas de forma séria. (Palmas.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado. Teremos agora a palavra do Sr. João Aquino. Em seguida, teremos a palavra do Presidente Regional do Conselho Rural de São Sebastião, o Jovercindo.

Faço um apelo para que a gente se limite aos dois minutos, tendo um processo rápido de esvaziamento da nossa plenária. Peço isso, por gentileza, aos colegas que faltam falar.

SR. JOÃO DE AQUINO VIEIRA – Boa noite a todos e a todas. A minha preocupação hoje é com os acampamentos do Distrito Federal e até mesmo com as famílias que estão assentadas. Até hoje não temos a confiança de que realmente esse pessoal que está assentado vai ser proprietário das suas propriedades, vai ter direito a um financiamento. Por quê? Onde trabalhamos hoje, no Distrito Federal, tudo é reconhecido como área de proteção ambiental. Se tudo em Brasília é área de proteção ambiental, por que a Capital Brasília foi criada dentro de uma APA?

O último assentamento de um trabalhador rural em Brazlândia foi em 1996, e assim mesmo quando foi nosso governo o PT. De 1996 até hoje, não conheci nenhuma família, nenhum trabalhador rural assentado em Brazlândia, a não ser quando ele chega à encosta de um córrego, de um rio, faz seu barracinho e permanece lá. Permanece lá, mas como um andarilho, como uma pessoa que não tem onde morar. Por quê? De tanto ele ser enjoado, de tanto ele ser escravizado, procura um cantinho e diz: “Vou permanecer nesse canto”. Mas ele não é proprietário, não é considerado trabalhador rural. Ele é considerado um invasor de área pública.

Então, quando uma empresa como as que tivemos em Brasília – grupo OK, Paulo Octávio, Pedro Passos –, esse cara invadia milhões e milhões de hectares de terra, depois entrava com o requerimento de posse e saía com direito à terra legal para fazer assentamento urbano, dividir a terra em lotes de mil metros, o trabalhador e trabalhadora ainda ficavam batendo palmas. “Isso que é um governador!” Isso tudo era balela.

O que queremos hoje em Brazlândia? Brazlândia hoje possui a mais perigosa situação de risco em direção ao trabalhador rural. Agora nós temos, indo para a Brazlândia, o Plano de Manejo da APA do Descoberto, tanto rural como urbana. Eu queria que o companheiro Deputado Wasny de Roure, uma pessoa cujo trabalho acompanho desde 1996 – ele também acompanha o nosso trabalho –, acompanhasse esse Plano de Manejo de perto, para que ele não venha a acabar com o sistema agrário, com o sistema rural de Brazlândia. Estou acompanhando o Conselho de Planejamento Rural e Urbano de Brazlândia, e as promessas não são boas. Até os acampamentos, os assentamentos que estão hoje em Brazlândia, há mais de dez anos, ainda têm promessa de não receber o título definitivo das suas propriedades. Ao contrário: podem receber, talvez, uma remoção em menos de 24

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
06 12 2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA		38

horas, porque o projeto e o plano são feitos às escondidas, negociado dentro de quatro paredes. Foi o que presenti na última audiência pública de que participei.

Peço ao Presidente da Mesa que acompanhe o Plano de Manejo da APA do Descoberto de perto, para que as famílias que já estão naquela área não sejam prejudicadas, assim como os companheiros que hoje também estão acampados, lutando pelo direito à terra. Neste momento, em quem a gente tem que confiar mesmo é nos Parlamentares que conseguimos eleger. A gente não vai poder confiar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, João. Por gentileza, não podemos prejudicar os outros, João.

SR. JOÃO DE AQUINO VIEIRA – Só um minutinho, por favor. O que quero é o acompanhamento por parte desta Casa, a defesa não dos interesses dos empresários, mas dos interesses do trabalhador.

Muito obrigado. Para vocês, uma boa-noite. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado. Convido o Jovercindo. Também peço o limite de dois minutos. O plenário está esvaziando, e eu não quero ser inconveniente.

SR. JOVERCINDO FRANCISCO – Boa noite, plateia. Em nome do Deputado Wasny de Roure, boa noite à Mesa. Vou falar poucas palavras, mas tenho uma pergunta diretamente ao Deputado Wasny de Roure. É sobre a lei criada para os pinheiros lá na Aguilhada. Os incisos III e VI. A associação gostaria de ter alguma resposta. O senhor já tem alguma resposta para isso?

Outra coisa é que fala muito bonito este governo, mas, na prática, ele está engessado. (Palmas.) Eu queria que nosso governador desengessasse as secretarias, porque promessa há dois anos vem direto, e nada está acontecendo. Eu digo isso porque estou num pré-assentamento, há companheiras em acampamento, e nada está acontecendo. Conversamos com eles, eles me conhecem, eu converso com eles direto. As promessas vêm, as promessas vêm, as promessas vêm, mas, na verdade, não está saindo nada. (Palmas.)

Então eu gostaria, companheiro, de dizer o seguinte para a Mesa, para o governador, para os nossos Deputados: São Sebastião tem 52.927 hectares de terra rural reconhecidos pela Emater. Eu estou dizendo isso porque sou presidente do conselho lá e sou presidente da central da associação de São Sebastião. Então estou dizendo isso com certeza, com garantia disso. Há terras, sim, para resolver os problemas dos nossos assentamentos, dos nossos acampamentos e dos pré-assentamentos como o meu. Fui colocado no governo anterior e estou lá de rolo até hoje. Se o governo passado colocou dois anos de rolo, este também já está com dois anos de rolo, e eu gostaria que isso acabasse, para deixarmos o sofrimento. (Palmas.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 39

Obrigado. Eu queria pedir uma coisa a meus companheiros de acampamento e assentamento que estão na área rural: vamos nos manter unidos, viu, Romildo, Chiquinho? Vamos nos manter unidos. E para você, Jovercindo, presidente do conselho, eu tiro o chapéu. Para a Mesa, eu vou deixar o chapéu na cabeça e só vou tirar quando acontecer alguma coisa, viu, companheiros? Eu vou aguardar isso. Eu quero tirar o chapéu para vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Joe Valle, para que também traga sua mensagem, sua palavra como homem comprometido com a agricultura do Distrito Federal. (Palmas.)

DEPUTADO JOE VALLE – Boa tarde, companheiros todos que estão aqui. Fico muito feliz e satisfeito com a presença de todos aqui na Câmara, que têm no Deputado Wasny de Roure um grande Líder para que possamos discutir, mas tomar decisões, para que possamos ter decisões tomadas que sejam efetivas para todos os senhores.

Este ano, tive a oportunidade de colocar algumas emendas para alguns acampamentos. Tivemos a oportunidade de colocar emendas para o Oziel Alves, a construção do centro comunitário e dos poços, e estamos aguardando a execução dessas emendas. Não é emenda colocada em 2012 para ser executada em 2013, foi emenda colocada em 2011 para ser executada em 2012.

Temos trabalhado em leis estruturantes, para que possamos ter espaço de oportunidade para todos aqueles que estão nos acampamentos; que esses acampamentos se transformem em assentamentos e esses assentamentos se transformem em espaço de qualidade de vida para essas pessoas. (Palmas.)

Essa estruturação legislativa foi feita, está pronta. Nós temos a Lei do Banco de Alimentos, nós temos a Lei do Papa, nós temos o novo FDR – Fundo de Desenvolvimento Rural, nós temos a estruturação dos espaços do Banco de Brasília para o Pronaf, então todo esse processo está pronto.

Em relação a essa questão da regularização das terras, eu comecei a trabalhar no campo, eu e mais uma pessoa, aos dezessete anos. Construí um trabalho baseado na agricultura orgânica, que é a agricultura em que acredito, baseado na agroecologia, que é a agricultura e a forma de produzir em que acredito. Então, durante 31 anos – eu tenho 48 anos de idade –, eu trabalho e trabalhei na agricultura. Quando eu comecei o processo aqui, o meu primeiro trabalho era um processo de um plano de assentamento, Plano de Assentamento Dirigido do Distrito Federal, e fui arrendatário dessa terra junto à Fundação Zoobotânica. Tivemos, durante o Governo Cristovam, o arrendamento de 30 anos, porque o meu venceu naquela época, e eu busquei.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

E vejam: trabalhando a terra, vivendo dela, exclusivamente da agricultura, com banca na Ceasa, com banca na 306 Sul, participando da Associação de Agricultura Ecológica, da qual o meu professor que está ali, João Luiz, também era associado. Nós tivemos uma grande e boa surpresa — que saímos. Nós não podíamos ter dois pedaços de terra. Podíamos ter um.

No Governo Cristovam, nós tivemos a condição de ter. Eu tinha 13, passei a ter 28, e passamos de 30 para 50 anos de arrendamento. Logo em seguida a isso, quando começamos o nosso trabalho, apareceu uma tal de Secretaria de Assuntos Fundiários, e nós demos entrada nos nossos papéis para renovar o nosso arrendamento. Desde então, nós estávamos completamente a descoberto, sem absolutamente nada, vivendo da terra, trabalhando de forma ecologicamente correta, com mais outras pessoas que conseguimos para trabalhar e levar para lá, e não tínhamos absolutamente nada. Absolutamente nada.

Eu fui invadido por um grande produtor, amigo do então governador, usando equipamentos do Estado, de forma deliberada e criminosa. Deliberada e criminosa. Esse grande produtor, que fazia divisa comigo lá, achando que essa cidade não tem lei, tendo um pequeno agricultor ali do lado, que vivia da atividade, ameaçado de morte, fez isso na Capital da República, a 45 quilômetros do Palácio do Planalto. Isso — vendo toda a injustiça que os produtores rurais do Distrito Federal viviam —, me trouxe à política, porque eu tive que cercar a minha casa e botar cachorros tão grandes, que se minhas filhas saíssem, seriam comidas por esses cachorros, para que os outros cachorrões não fossem lá me importunar.

Isso me trouxe à política. Essa indignação me trouxe à política. Em vez de ficar brigando e dizendo que só havia corruptos na política, eu vim para cá. Falei: então eu vou participar para ver que dá para fazer de forma correta esse processo. Passei quatro anos, da minha primeira candidatura para a segunda, trabalhando e buscando a melhoria da qualidade de vida dos espaços rurais nessa Capital. Fui eleito e tenho buscado isso. Vocês tenham certeza absoluta disso, porque a minha vida é de produtor, o meu espaço. Eu tenho falado para a minha companheira que está lá trabalhando e cuidando dos nossos negócios que, no máximo em oito anos, eu quero estar morando de novo na minha roça, na minha terra. É lá que eu me sinto bem. Mas eu estou aqui e, enquanto estiver aqui, estou aqui para defender os interesses dos produtores.

E com muita dificuldade — com muita dificuldade — tenho conversado com a maioria das pessoas, porque o que a gente percebe é que quem não põe a mão na terra, quem não vive da terra tem muita dificuldade de entender como resolver os problemas da terra. (Palmas.) Eu quero garantir a todos os senhores que o meu gabinete — desde o começo está, desde o começo conversamos, em todos os momentos acolhemos todos os companheiros lá — está à completa disposição para que possamos dar uma solução definitiva, não de discurso, mas para que possamos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 12 2012		15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

encontrar soluções definitivas para a vida das pessoas. Aquele que não é sério não tem espaço na roça. O que grila terra e vende não tem espaço na roça. (Palmas.)

Agora, os governos precisam entender que, se não investirem nos espaços rurais e nas pessoas sérias que estão lá, não tem jeito nas cidades. Não existe possibilidade de ter cidade.

Eu estava agora conversando com as extensionistas da Emater sobre a nossa juventude, sobre como andam os nossos jovens, como estão as nossas escolas. Porque todo o nosso plano, toda a nossa energia, todas as nossas emendas, desde o ano passado, são destinadas à área rural do Distrito Federal. Todas, 100% das nossas emendas! Às escolas, principalmente. E nós temos tido problemas na questão da execução dessas emendas pela educação.

Todos os dias deste governo, que eu ajudei a eleger – que fique bem dito isto: eu ajudei, pedi voto para este governo, por confiar neste governo, por serem companheiros valorosos como Wasny de Roure, como minha companheira Arlete Sampaio, como meu companheiro Chico Leite. Eu ajudei! Portanto, tenho responsabilidade nele. Estou tentando fazer o melhor possível para que vocês, todos os companheiros, junto comigo, que sou da roça, possam ter orgulho dele. Mas não me furto em nenhum fórum a falar: o nosso governo tem falhado com os companheiros. Não me furto em falar: temos que dar rumo nesse processo; temos que colocar com mais seriedade isso na nossa pauta; temos que executar as emendas da área rural; temos que executar as emendas nos assentamentos; temos que colocar recursos nas nossas estradas rurais; temos que transformar os acampamentos em assentamentos para dar dignidade às pessoas.

Por isso, acho importante que o meu Deputado, minha referência nesta Casa, Wasny de Roure, tenha transformado o dia de hoje em comissão geral para discutir isso. Queremos vocês aqui dentro para discutir, porque nessa discussão e nessa pressão, os políticos se movimentam!

Então, meus amigos e companheiros, contem comigo, mas contem comigo para por emenda, para colocar meu recurso lá, para ir lá para ensinar. Eu vou ter a visita de vocês, tenho e sempre tive, há mais de 20 anos na minha casa recebo desde pré-assentados a assentados, agricultores familiares. Há mais de 20 anos eu recebo, e todos saem de lá com todo o conhecimento que posso passar, mas também trocam conhecimento comigo. Em todas as visitas que vocês fizeram lá em casa — tenho documentadas, daqui e do Brasil inteiro —, eu aprendo. E aprendo muito! É nessa condição que eu vi um companheiro falar aqui que os movimentos têm que estar unidos, os movimentos precisam estar unidos, precisam estar na mesa de negociação de qualquer política pública, para conhecer o que está acontecendo.

E não é fácil! Viu, gente? Eu quero dizer para vocês que sou testemunha da vontade que nós temos de fazer, e das dificuldades que temos encontrado, pela dificuldade das terras, do modelo que foi feito Brasília nessa corrida, em 50 anos tem

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
06 12 2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA		42

tudo isso aqui. Então, estamos enfrentando dificuldades. O Governador Agnelo, diga-se de passagem — não estou aqui para puxar saco de ninguém, não —, criou uma diretoria na Terracap para regularizar terras rurais, porque havia dificuldades lá dentro. Muitas dificuldades lá dentro! E vocês precisam acompanhar isso dia a dia, para ver como está acontecendo.

Temos um companheiro, o Moisés Marques, que está ali presente, que está lá para resolver os problemas, não está lá para criar problema para produtor, não. É para resolver! E tem que ir para cima, mesmo. Tem que ir para cima, porque só na pressão funciona.

Eu não quero ser irresponsável, não sou irresponsável, não quero ser irresponsável, mas quero que as coisas sejam resolvidas. Eu coloco este mandato à disposição de todos vocês. Usem essa ferramenta que é de vocês. Com responsabilidade, porque também sei dizer não! Com responsabilidade! Não estou aqui para ter um mandato que vai acobertar grileiro nem vagabundo. Vai acobertar homem sério, de verdade! Isso tem que ficar registrado, minha gente, porque nós que somos da roça, que somos do campo, não podemos servir de massa de manobra para empresário obscuro, safado, que fica grilando terra e enganando as pessoas. Isso nós não podemos admitir! Eu confio em vocês e podem confiar em mim.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Joe Valle, muito obrigado por suas palavras, por sua firmeza, pelo seu exemplo que tem servido para nós de grande referência. V.Exa. não é um homem apenas de discurso; pelo contrário, antes do discurso há uma trajetória de compromisso. Foi para mim um dos melhores exemplos e uma das maiores experiências no Legislativo conviver com um homem honesto, transparente e comprometido com a agricultura, sobretudo com a agricultura ecológica.

Neste momento, eu gostaria de pedir aos colegas inscritos o máximo de compreensão. Eu darei apenas dois minutos a cada orador, para não dizerem que fomos desrespeitosos com as suas inscrições. Faltam apenas quatro companheiros.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para responder ao Jovercindo que o relatório do Ibama e do Ibram está saindo nos próximos dias, para liberar o governo no encaminhamento do projeto de lei para fazer a correção, a fim de que sejam liberados os possíveis cortes daqueles pinhos que existem lá na Aguilhada. Essa é a informação que temos.

Neste momento, concedo a palavra ao Presidente do Conselho de Saúde de São Sebastião, Associação Nova Betânia, Sr. Osmar Ramos.

SR. OSMAR RAMOS OLIVEIRA – Boa noite a todos. Serei rápido.

Em nome do nosso companheiro Deputado Wasny de Roure, cumprimento a todos. Gostei muito da fala do Deputado Joe Valle. Nós estamos sofrendo essa

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 12 2012		15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

mesma situação em Nova Betânia, principalmente em São Sebastião. Todas as chácaras que eram da antiga Fundação Zoobotânica estão sendo parceladas, e aquelas pessoas de boa-fé que moram lá e não querem parcelar estão sendo obrigadas a fazer isso. Eu não estou vendo nenhuma atitude do governo em punir essas pessoas.

Inclusive, eu gostaria de colocar para a Secretaria de Agricultura que fiscalize essas propriedades, porque as pessoas estão indo lá, levando um documento escrito de posto de saúde, de escola, dizendo que moram há cinco anos, mas a Secretaria de Agricultura não está indo nessas propriedades. Eu gostaria que isso fosse acompanhado. Vai lá para ver se realmente aquele produtor mora lá há cinco anos ou não, porque essas chácaras estão sendo parceladas.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado.

Neste momento, concedo a palavra a Sra. Marilde Rodrigues, que é a diretora da APRA – Associação dos Pequenos e Médios Produtores da Região da Aguilhada.

SRA. MARILDE RODRIGUES VIANA – Deputado Wasny, é uma alegria imensa estar aqui hoje, mas antes eu gostaria de dizer boa tarde a todos. Eu tenho de dizer que não sou contra o movimento, tanto é que nos anos 1997, 1998 e 1999 eu abri a chacara em que eu morava, que era emprestada, para o movimento realizar cursos lá dentro, dar treinamento. Eu sou contra a grilagem de terra.

A Colônia Agrícola Aguilhada foi criada pela Lei nº 2.326, pelo Deputado Wasny de Roure, que muito nos orgulha, em 1998, em um dia fantástico de votação, creio que o senhor se lembra, com o meu neto, com oito dias de nascido, nos nossos braços, nos braços da minha filha, com oito dias de parida, e ele conseguiu antecipar a votação para que pudesse ser criada a Colônia Agrícola Aguilhada. Isso, Deputado Wasny, é uma razão de tão grande emoção para a gente, porque nós preservamos a Colônia Agrícola Aguilhada. O Jovercindo está lá colocado, o que não é o caso do Sr. Alexandre, que está lá grilando terra.

Eu queria dizer o seguinte: o inciso III e o art. 6º, que ele coloca na lei, se o senhor esqueceu, eu vou entregar esta pasta. Todo morador da Aguilhada tem esta pasta. O que eu queria perguntar era justamente isto: se o senhor iria permitir derrubar os pinheiros para fazer assentamento em uma área imprópria. Temos um EIA-RIMA que diz isso, feito em 2003, pela Secretaria de Meio Ambiente.

Eu queria dizer ao Dr. Moisés Marques que, infelizmente, depois da visita dele no último dia 20 de novembro, houve avassaladoras cercas de arame, construções de alvenaria, porque ele declarou que estava certa a derrubada dessa lei. Nós somos uma comunidade ambientalista, plantamos neste ano 60 mil mudas, fora as 8 mil plantadas anteriormente. Então, nós estamos preservando terras que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 12 2012		15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

vão cair lá nas Cataratas do Iguaçu, porque somos a Bacia do São Bartolomeu. É até interessante ver que a Fundação Banco do Brasil, que nos apoia, a Secretaria de Meio Ambiente, a ANA e tantos órgãos com quem a gente plantou, hoje a gente vai ser acabado, vão tirar aquela natureza que a gente tem? Vão cometer um crime depois de ter cometido outro, quando retiraram toda a mata que ainda restava lá na nascente do Córrego Aguilhada, que dá nome à nossa comunidade, criada por lei? Hoje estão tentando até tirar!

E aí, a gente está plantando árvores porque as futuras gerações precisam ter o que beber e o que comer. Não é possível tanto absurdo! Como disseram aqui — o Joaquim disse e outros companheiros aqui disseram —, existe terra para assentar no DF. A questão da Colônia Agrícola Aguilhada nada mais é do que grilagem de luxo. Quem aqui tem Hilux? Quem aqui tem Mercedes? Quem aqui tem carros de luxo e está querendo um pedaço de terra? Isso é grilagem de terra. Não é possível! Sabe, nós pedimos socorro. Nós não aguentamos mais.

Dr. João Luiz, em 1997, o senhor me disse uma frase de que eu nunca me esqueci quando eu estive no seu gabinete de Secretário de Agricultura pedindo ajuda. Eu fazia justamente isto: geleias, processava meus produtos, vendia na Feira da 704 Sul, e o senhor disse que eu não precisava de ajuda do governo porque eu sabia falar. Realmente, eu sei falar, porque Deus me deu o dom de abrir portas através das palavras.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Marilde.

Quero convidar o Sr. Ariolino Ferreira da Costa, e depois o Sr. Joel Câmara, Delegado do Orçamento Participativo.

SR. ARIOLINO FERREIRA DA COSTA – Eu queria cumprimentar os companheiros e as companheiras. (Palmas.)

Bom, Deputado, eu queria só rapidamente fazer aqui dois apelos, dois pedidos. O primeiro pedido é para que esta audiência bonita não fique só aqui, que saia daqui e comecem a executar para nós sairmos do sofrimento.

O segundo pedido é para o Deputado Joe Valle, que a gente já acompanha há muito tempo e sabe do trabalho dele, com relação à regularização fundiária do DF. Eu queria pedir ao Deputado que, quando se falar de regularização fundiária, falem do pequeno produtor rural. Quanto ao grande, primeiro façam o limite da propriedade, senão vocês vão injetar o trabalhador. Tem proprietário aí que tem mil e tantos hectares, 4 mil hectares. Imagine se esses caras forem regularizados? Vão, com certeza, tirar oportunidades nossas.

Eram esses os pedidos que eu queria fazer. Muito obrigado aos companheiros.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 15h55min	Sessão/Reunião 114ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 45

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Ariolino.

Concedo a palavra ao Joel Câmara, também por dois minutos.

SR. JOEL CÂMARA – Desejo prestar uma homenagem ao primeiro líder do Movimento dos Sem-Terra em Brasília, Luís Pellegrini, que era de Brazlândia, do qual eu tive a honra de ser assistente jurídico.

Sr. Deputado, autoridades, nenhuma lei, nenhuma força física vai impedir que os sem-terra tomem posse das terras públicas do Distrito Federal. (Palmas). Este é um princípio que todo mundo vai entender: como a terra não se elastece e a população não diminui, todas as terras que não tiverem função social serão tomadas pelos sem-terra, na lei ou na marra. Queremos repetir aqui a proposta que foi feita no I Congresso dos Trabalhadores Sem-Terra, em Belo Horizonte, em 15 de novembro de 1961.

Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure, o senhor está há 21 anos, eu o acompanho na luta pela reforma agrária, sei do seu esforço. Vou deixar aqui a proposta que foi feita e entregue a João Goulart e a Tancredo Neves em 15 de novembro de 61. Todas as terras rurais do Distrito Federal devem ser definidas em lei e deve ser feito um recenseamento dos sem-terra para que essas terras sejam distribuídas com eles. O resto é filosofia.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Meus queridos amigos e amigas, inicialmente, ao encerrar essa sessão, com esta comissão geral, eu gostaria de agradecer. Eu quero começar agradecendo as crianças, que tiveram a paciência de nos tolerar, mas gostaria de agradecer cada um daqueles que militam na reforma agrária, que vieram a esta Casa nesta tarde. Eu quero dizer a vocês que, em nome do Presidente desta Casa, em nome de cada um dos colegas Parlamentares, quero desejar a vocês um feliz Natal, um Natal de paz e de alegria.

Eu quero agradecer a equipe do meu gabinete, companheira Ricardina, Ronaldo e toda a equipe, e a equipe do Cerimonial. Agradecendo a esta Mesa na pessoa do companheiro Gercino, quero cumprimentar cada um, registrando o meu enorme agradecimento, e o companheiro Chiquinho, parceiro nessa vitoriosa comissão geral.

Felicidades, que este ano sirva de exemplo na caminhada de 2013 para todos nós.

Declaro encerrada esta comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 19h07min.)

(Suspensa às 16h34min, a sessão é reaberta às 19h07min.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 12 2012	15h55min	114ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão ordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h07min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 34ª
(TRIGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 6 DE DEZEMBRO DE 2012**

SÚMULA

L I D O

Em 12 / 12 / 12

[Handwritten Signature]
Assessoria de Plenário

PRESIDÊNCIA: Deputado Joe Valle

SECRETARIA: Deputado Olair Francisco

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 16 horas e 33 minutos

TÉRMINO: 16 horas e 39 minutos

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Joe Valle):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 ORDEM DO DIA

(8º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do **Projeto de Lei nº 1.083, de 2012**, do Poder Executivo, que "Dispõe sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhaça – EIV e dá outras providências", em tramitação conjunta com o **Projeto de Lei nº 95, de 2011**, da Deputada Eliana Pedrosa, que "Condiciona a concessão de Alvará de Construção e Funcionamento à apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhaça – EIV para os empreendimentos que especifica".

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Olair Francisco, sobre as 6 emendas aditivas, 18 emendas modificativas e 3 emendas supressivas apresentadas e aprovadas na CDESCTMAT: favorável. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

ATA SUCINTA DA 34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 6 DE DEZEMBRO DE 2012

Revisora: *[Handwritten Signature]* Supervisor(a): *[Handwritten Signature]* Chefe do Setor: *[Handwritten Signature]* (L/LO/A)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

Obs.: O Presidente da sessão, Deputado Joe Valle, ratifica as votações da proposição em 1º e 2º turnos e a apreciação da redação final, ocorridas na 109ª Sessão Ordinária e na 33ª Sessão Extraordinária, respectivamente. **APROVADAS** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes, em 1º turno, e 16 deputados presentes, em 2º turno).

(2º) **ITEM 1:** Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do **PROJETO DE LEI Nº 1.286, DE 2012**, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 72.103.803,00 (setenta e dois milhões, cento e três mil e oitocentos e três reais)". **APROVADO** por votação em processo simbólico (16 deputados presentes).
– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Joe Valle):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro-Secretário

ATA SUCINTA DA 34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 6 DE DEZEMBRO DE 2012

Revisora: Thaisete Supervisor(a): Inez Chefe do Setor: gmc (L/LO/A)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	12	2012	16h30min	34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 34ª
(TRIGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 6 DE DEZEMBRO DE 2012

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Eu gostaria apenas de fazer um adendo: comunico que a Comissão de Constituição e Justiça acatou em parecer o Projeto de lei 1.083, de 2012. No entanto, deixou de se manifestar sobre as emendas aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Desta forma, para sanear o processo e ratificar sua votação, possibilitando a confecção dos autógrafos, solicito ao Relator da CCJ, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as referidas emendas.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.083, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV e dá outras providências”.

Sr. Presidente, ante o exposto, com fundamento no art. 72 da Lei Orgânica do Distrito Federal, votamos na Comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade das seis emendas aditivas, das dezoito emendas modificativas e das três emendas supressivas ao Projeto de Lei nº 1.083, de 2012, apresentadas e

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
06 12 2012	16h30min	34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA		2

aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Sr. Presidente, é o voto.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto, tendo em vista que eu não conheço nenhuma das emendas. As emendas não foram distribuídas em plenário.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputada Eliana Pedrosa, trata-se apenas de uma retificação, porque essas emendas já haviam tramitado nas comissões e já tinham sido aprovadas em plenário. Essas emendas deveriam retornar à CCJ, mas para termos o processo legal e transparente, a CCJ achou por bem fazer uma retificação em plenário, porque o Plenário é soberano.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Deputado Olair Francisco, muito bem explicado. Com essa explicação tão precisa, eu me dou por satisfeita.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas ao Projeto de Lei nº 1.083, de 2012, está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Ratifico as votações do Projeto de Lei nº 1.083, de 2012, em primeiro e segundo turnos, respectivamente, com 19 e 16 votos favoráveis, não havendo nenhum voto contrário, assim como está ratificada a aprovação da sua redação final.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.286, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 72.103.803,00 (setenta e dois milhões, cento e três mil, oitocentos e três reais)".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2012	Horário Início 16h30min	Sessão/Reunião 34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	Página 3

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.286, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 72.103.803,00 (setenta e dois milhões, cento e três mil, oitocentos e três reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer em plenário, em nome do nosso bloco, a presença de todos os Parlamentares, especialmente o Deputado Wasny de Roure, que compreendeu este momento importante para esta votação, segurando até agora a questão da comissão geral. Dessa forma, tranquilizamos os servidores públicos com a votação do crédito, para que os seus salários pudessem ser liberados.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero, em nome da liderança de governo, agradecer a presença de todos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
06	12	2012	16h30min	34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	
				4	

os Parlamentares que se somaram nesse esforço para assegurar aos trabalhadores da saúde o seu salário, votando esse projeto de lei nesta tarde. Portanto, agradeço a todos, incluindo também os Parlamentares da oposição que se dispuseram a votar conosco. Nós queremos agradecer sinceramente em nome de todos os servidores da saúde, entre os quais eu me incluo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Neste momento, esta Presidência comunica a todos os presentes que em virtude da grande presença de trabalhadores rurais e convidados, a comissão geral será realizada no auditório desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h39min.)

ARMAS DA REPÚBLICA



Os brasões constituem um conjunto de peças, figuras e ornatos dispostos no campo do escudo ou fora dele, e que representam as Armas de uma Nação, de um Soberano, de uma família, de Corporação, de Cidades, etc.

É obrigatório o uso das Armas Nacionais:

No Palácio da Presidência da República e na residência do Presidente da República; nos edifícios-sede dos Ministérios; nas Casas do Congresso Nacional; no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e nos Tribunais Federais de Recursos; nos edifícios-sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário dos Estados, Territórios e Distrito Federal; nas Prefeituras e Câmaras Municipais; na frontaria dos edifícios das repartições públicas federais; nos quartéis das forças federais de terra, mar e ar e das polícias militares e corpos de bombeiros militares, nos seus armamentos, bem como nas fortalezas e nos navios de guerra; na frontaria ou no salão principal das escolas públicas; nos papéis de expediente, nos convites e nas publicações oficiais dos órgãos federais.



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Editora Executiva: Anamaria Silva Pinheiro – Reg. Prof. 3822 – Sindicato Jornalistas Prof./DF

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração – **Impressão:** Seção de Produção Gráfica
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br